

Para mais informações, entre em contato:

Em Cabo Verde : Maria das Dores Gomes
Presidente, Associação Cabo Verdiana de Mulheres Juristas
A Chefe de Justiça, Tribunal da Praia
Tel : +238 976 0007

No Benin : Francis Dako
Coordenador Regional para a África, da Coligação para o TPI
Tel : +229 21 32 28 06
dako@coalitionfortheicc.org

Em Nova Iorque : Brigitte Suhr
Diretor de Programas Regionais, Coligação para o TPI
Tel : (+) 1 646 465 8540
suhr@coalitionfortheicc.org

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
12 de outubro de 2011

**Cabo Verde é o Estado Parte 119 para juntar-se ao Tribunal
Penal Internacional**

A Coligação Global saúda a ratificação do Estatuto de Roma, estimado como um passo crucial na luta contra a impunidade de graves crimes cometidos na África

Cotonou, Benin/Nova Iorque, EUA - A Coligação para o Tribunal Penal Internacional (Coligação) saudou hoje a ratificação, por Cabo Verde do Estatuto de Roma - o tratado que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional (TPI) - tornando-se o Estado Parte 119 do Tratado do Tribunal. Esta ratificação é um passo fundamental na luta contra a impunidade de graves crimes cometidos na África. Para a Coligação, o reconhecimento da jurisdição do TPI- o primeiro e único tribunal penal internacional permanente no mundo para julgar crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio -- mostra que Cabo Verde tem feito um compromisso histórico com a justiça internacional e do Estado de Direito.

"Parabenizamos o governo eo povo de Cabo Verde para esta esta conquista histórica, que marcou um avanço no compromisso da África à justiça", disse Francis Dako, o coordenador regional da Coligação para o TPI na África. A Coligação para o Tribunal Penal Internacional é uma rede global da sociedade civil de mais de 2.500 ONGs, presente em 150 países que advoga por uma TPI

justa, efetiva e independente, e para a melhoria do acesso à justiça para as vítimas de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. "Foi mais de um ano desde a última Africano estado -Seychelles- juntou-se ao TPI e nós esperamos que esta ratificação vai incentivar outros estados na África para tomar medidas decisivas e concretas na luta contra a impunidade" disse Dako. "A Coligação para o TPI agora apela ao governo cabo-verdiano para cumprir seu compromisso de iniciar imediatamente o processo de implementação das disposições do Estatuto de Roma para a legislação nacional."

Em 10 de outubro de 2011, Cabo Verde depositado o seu instrumento de ratificação do Estatuto de Roma, na sede das Nações Unidas. Este é o passo final no processo de ratificação ea culminação de muitos anos de advocacia e de facilitação pela Coligação. Nos últimos cinco anos, a Coligação realizou uma série de missões de advocacia em Cabo Verde para se reunir com funcionários do governo para incentivá-los a progredir no sentido da ratificação. Em cooperação com parceiros nacionais, a Coaligação reuniu-se com o governo eo parlamento de Cabo Verde, respondendo às suas preocupações e dúvidas sobre o Estatuto de Roma, que acabou por conduzir a emendas constitucionais abrindo caminho para a ratificação de Cabo Verde.

Além disso, em novembro de 2010, Cabo Verde foi o país-alvo da Campanha de Ratificação Universal (CRU), uma campanha mensal criado para encorajar os países a aderir ao sistema do Estatuto de Roma. Em uma carta datada de 02 de novembro de 2010 o Presidente de Cabo Verde Pedro de Verona Rodrigues SE Pires, a Coligação pediu ao governo de Cabo Verde para priorizar a ratificação do Estatuto de Roma.

"Nós sinceramente felicitar o governo sobre o passo positivo que levou a ratificação do Estatuto de Roma e são lembrados de quão longe nosso país tem vindo nos últimos anos poucos, e das maneiras que nós podemos continuar a construir a justiça aumentou para nós e para o mundo", disse Maria Gomes, presidente da Associação de Juristas Feminino em Cabo Verde e ponto focal para a Coligação para o TPI. "Pedimos ao governo de Cabo Verde para continuar a passos largos de justiça realizado recentemente e implementar as disposições do Estatuto de Roma em nossa lei nacional para que o nosso sistema judicial será capaz de ter jurisdição sobre esses crimes que abalam a consciência da humanidade," Gomes acrescentou.

119 Estados já aderiram ao TPI, dos quais 5 em 2011, refletindo um consenso global crescente para acabar com a impunidade através do sistema Estatuto de Roma. Como um Estado Parte, Cabo Verde será capaz de participar ativamente da Assembléia Anual dos Estados Partes (AEP) do Tribunal Penal Internacional, em que os Estados tomar decisões importantes relacionadas com a administração de Tribunal, incluindo a eleição de juizes e procuradores.

O Tribunal Penal Internacional (TPI) é o primeiro tribunal internacional permanente para julgar crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. Central de mandato do Tribunal é o princípio da complementaridade, que sustenta que o Tribunal só intervirá se os sistemas jurídicos nacionais são relutantes ou incapazes de investigar e processar os perpetradores de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Existem atualmente sete investigações em curso perante o Tribunal: República Centro-Africana; A Costa do Marfim, República Democrática do Congo; Darfur no Sudão; Uganda; Quênia; e Líbia. O TPI tem publicamente emitidos 18 mandados de prisão e 9 convocações para aparecer. Três ensaios estão em andamento. O procurador do TPI também tornado público que está a analisar oito situações em quatro continentes: Afeganistão, Colômbia, Geórgia, Guiné, Honduras, República da Coreia, Nigéria e Palestina.

A Coligação para o Tribunal Penal Internacional é uma rede global de organizações da sociedade civil presente em 150 países, trabalhando em parceria para fortalecer a cooperação internacional com o TPI, para garantir que o Tribunal é justo, eficaz e independente, e para avançar mais forte as leis nacionais que proporcionam justiça às vítimas de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio. Para mais informações, visite: www.coalitionfortheicc.org